

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.405 - PR (2019/0310442-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
RECORRIDO : GABRIEL MORO BERGAMO CAVALCANTE
ADVOGADOS : CARLOS AURÉLIO BANCKE E OUTRO(S) - PR043341
JULIANA DE LIMA BANCKE - PR093798
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : LUIZ CARLOS DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - PR012820

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (e-STJ, fl. 232):

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. PREQUESTIONAMENTO.

1. A retificação de acórdão só tem cabimento nas hipóteses de inexatidões materiais, erros de cálculo, omissão, contradição ou obscuridade.

2. Os embargos declaratórios não servem ao objetivo de rediscutir o mérito da causa.

3. Se o acórdão decidiu contrariamente às pretensões da parte, não será na via dos embargos declaratórios que buscará reformar o decisum, sob pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese só admitida excepcionalmente.

4. De forma a viabilizar o acesso às Instâncias Superiores, possível o acolhimento dos embargos de declaração, ainda que seja para tão-somente explicitar que a decisão embargada não contrariou nem negou vigência aos dispositivos legais invocados."

Em suas razões, o recorrente aponta violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 e 3º, § 3º, e 6º, da Lei 10.260/2001.

Sustenta, em síntese, ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da relação processual, bem como a sua incompetência para os atos de cobrança de valores relativos ao financiamento estudantil - FIES e, caso se entenda pela falta de prequestionamento das matérias, afirma a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

Acentua competir ao agente financeiro todas as atividades de cobrança, sejam administrativas, sejam judiciais, atinentes aos valores objeto de financiamento estudantil, e não ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

É o relatório.

Depreende-se dos autos que a contenda diz respeito sobre programa do Governo destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não possuem condições de arcar com os custos de sua formação - FIES, cuja matéria é de competência da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, conforme o disposto no artigo 9º, § 1º, III (ensino superior), do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, determino a redistribuição deste feito a um dos eminentes Ministros que compõem a eg. Primeira Seção.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator